

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.726 - MG (2016/0337950-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A**
ADVOGADOS : **MARIA DAS GRAÇAS HESS E OUTRO(S) - MG083456**
 DANIEL DINIZ MANUCCI - MG086414
RECORRENTE : **UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE**
 TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : **MARIANA MACHADO RODRIGUES CARDOSO E OUTRO(S)**
 - MG109708
 RENATO CAMPOS LEITE - MG093782
RECORRENTE : **MARCO TULIO VAINTRAUB**
ADVOGADOS : **GENARIO DE ARANTES CAMPOS JUNIOR - MG108250**
 ALONE EGIDIO PEREIRA E OUTRO(S) - MG159387
RECORRIDO : **VIVIAN BERNARDES MARGUTTI**
ADVOGADO : **LUIZ HENRIQUE FRANCA ALVES DA SILVA E OUTRO(S) -**
 MG067659

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E ESTÉTICOS C/C COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 371 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. ERRO MÉDICO. HOSPITAL. FALTA DE VÍNCULO. RESPONSABILIDADE. AUSÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. ERRO MÉDICO.

1. Julgamento sob a égide do CPC/15.
2. Ação de indenização por danos materiais e estéticos c/c compensação por danos morais.
3. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
4. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 370 e 371, ambos do CPC/15. Precedentes.
5. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

6. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à constatação de ato ilícito praticado pelo médico, ao valor da compensação arbitrada a título de danos morais (decorrente da extensão do dano provocado) e à vinculação do médico citado à operadora do plano de saúde, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
7. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
8. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
9. A responsabilidade do hospital somente tem espaço quando o dano decorrer de falha de serviços cuja atribuição é afeta única e exclusivamente à instituição de saúde. Dessa forma, se a falha técnica é restrita ao profissional médico sem vínculo de emprego ou subordinação com o hospital, não cabe atribuir ao nosocômio a obrigação de indenizar. Súmula 568/STJ.
10. A responsabilidade das operadoras de plano de saúde decorre da falha na prestação dos serviços médicos e hospitalares próprios ou credenciados. Súmula 568/STJ.
11. Recurso especial interposto por INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A conhecido e provido.
12. Recurso especial interposto por UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.
13. Recurso especial interposto por MARCO TULIO VAINTRAUB parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de recursos especiais interpostos por INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A (**primeiro recorrente**), UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (**segunda recorrente**) e MARCO TULIO VAINTRAUB (**terceiro recorrente**), todos fundamentados - respectivamente - nas alíneas "c", "a" e "c" e "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial de INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A interposto em: 06/04/2016.

Recurso Especial de UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO interposto em: 07/06/2016.

Recurso Especial de MARCO TULIO VAINTRAUB interposto

em: 29/06/2016.

Concluso ao gabinete em: 20/01/2017.

Ação: de indenização por danos materiais e estéticos com pedido de antecipação de tutela c/c compensação por danos morais, ajuizada por VIVIAN BERNARDES MARGUTTI (**recorrida**), em face do INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A (**primeiro recorrente**), de UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (**segunda recorrente**) e do médico MARCO TULIO VAINTRAUB (**terceiro recorrente**), na qual alega - em síntese - ter realizado um tratamento médico com o terceiro demandado (Dr. MARCO TÚLIO), para poder engravidar, tendo o referido tratamento logrado êxito, com a nascimento da menina SOFIA.

Aduz, entretanto, que - por ocasião do parto - o mesmo médico, em razão de imperícia, causou o rompimento de sua bexiga durante a cirurgia cesariana, o que provocou grave infecção na demandante, com a consequente internação dessa por vinte e cinco dias na UTI do primeiro demandando (INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A). Afirma que foram necessários outros procedimentos cirúrgicos para o seu restabelecimento, restando dos citados procedimentos cicatrizes e traumas na demandante.

Dessa forma, requer:

- i) o pagamento de indenização pelos danos materiais, no importe de R\$ 10.642,00, dos quais deverá ser excluído o valor de R\$ 7.580,00, na hipótese de deferimento da antecipação de tutela; e
- ii) o pagamento de indenização pelos danos estéticos sofridos e de compensação pelos danos morais suportados, a serem arbitrados pelo juiz.

Sentença: julgou improcedentes os pedidos.

Acórdão: deu provimento à apelação interposta pela **recorrida** VIVIAN BERNARDES MARGUTTI, para julgar procedente a ação, condenando os **recorrentes** (INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A, UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE

TRABALHO MÉDICO e MARCO TULIO VAINTRAUB) - solidariamente - ao pagamento de R\$ 50.000,00 a título de compensação por danos morais e de indenização por danos estéticos, bem como ao pagamento de R\$ 10.642,44 relativos aos danos materiais, observando-se o depósito realizado em virtude do deferimento da tutela antecipada.

Nesse sentido, é a ementa do julgado:

ACÇÃO DE INDENIZAÇÃO - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA - ERRO MÉDICO - PARTO CESARIANO - ROMPIMENTO DA BEXIGA - INFECÇÃO GENERALIZADA - DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO - DANOS MORAIS E ESTÉTICOS CARACTERIZADOS - CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO. 1) A jurisprudência não imprime formalismo excessivo à regra do art. 514, II, do CPC, de maneira a exigir da parte para o conhecimento da apelação - a impugnação de todos os fundamentos da sentença, bastando que seja minimamente demonstrada a insurgência e a pretensão recursal. 2) A responsabilidade civil do hospital e do plano de saúde na prestação de serviços médicos é objetiva, segundo o caput do art. 14 do CDC, respondendo ambos de forma solidária pelos atos culposos praticados pelo médico. 3) Se durante o parto cesariano houver ferimento na bexiga da paciente, com posterior ruptura do órgão e vazamento de urina na cavidade abdominal, **o médico responsável pelo procedimento deve ser responsabilizado civilmente, assim como o hospital onde se deu a cirurgia e o plano de saúde que o admitiu nos quadros associados.** 4) A quantificação do dano moral e estético obedece ao critério do arbitramento judicial, que, norteados pelos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixará o valor, levando-se em conta o caráter compensatório para a vítima e o punitivo para o ofensor. (e-STJ, fl. 1.732) (grifo nosso)

Embargos de declaração: opostos por UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (**segunda recorrente**) e por MARCO TULIO VAINTRAUB (**terceiro recorrente**), foram rejeitados.

Recurso especial de INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A (primeiro recorrente): alega a existência de dissídio jurisprudencial em relação à interpretação do art. 14 do CDC. Sustenta que o hospital não pode ser responsabilizado por ato do médico MARCO TULIO VAINTRAUB, tendo em vista que o referido profissional não possui relação de

Superior Tribunal de Justiça

preposição ou vínculo de emprego com a instituição hospitalar mencionada.

Recurso especial de UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO (segunda recorrente): alega a violação da Súmula 341/STJ; dos arts. 125, 129, 139, 370 e 371, todos do CPC/15; 14, *caput* e § 4º, do CDC; 5º da LINDB; 186, 187, 188, I, 884, 927 e 944, todos do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta:

- i) a apreciação indevida do conjunto probatório por parte do TJ/MG;
- ii) a ausência de responsabilidade objetiva do plano de saúde, na hipótese dos autos;
- iii) a não ocorrência da prática de ato ilícito na situação em análise por parte do médico MARCO TULIO VAINTRAUB;
- iv) a ocorrência de enriquecimento ilícito por parte da demandante;
- v) a deficiência de fundamentação no bojo do acórdão recorrido;
- e
- vi) a diminuição da compensação pelos danos morais suportados pela demandante.

Recurso especial de MARCO TULIO VAINTRAUB (terceiro recorrente): alega a violação dos arts. 371 e 479, ambos do CPC/15, e 14, § 4º, do CDC, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta:

- i) a apreciação indevida do conjunto probatório por parte do TJ/MG; e
- iii) a não ocorrência da prática de ato ilícito na hipótese dos autos por parte do médico recorrente.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

I - Recurso Especial de INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A:

- Da responsabilidade do hospital por dano causado por erro médico (Súmula 568/STJ)

O Tribunal de origem, ao reconhecer a responsabilidade objetiva do hospital por erro médico, sem informar a condição do referido profissional (se preposto ou empregado da instituição médica), divergiu do entendimento do STJ, no sentido de que a responsabilidade do hospital somente tem espaço quando o dano decorrer de falha de serviços cuja atribuição é afeta única e exclusivamente à instituição de saúde. Dessa forma, se a falha técnica é restrita ao profissional médico sem vínculo de emprego ou subordinação com o hospital, não cabe atribuir ao nosocômio a obrigação de indenizar. Nesse sentido: REsp 1.635.560/SP (3ª Turma, DJe de 14/11/2016), AgInt no AREsp 143.291/SP (4ª Turma, DJe de 05/09/2019) e REsp 908.359/SC (2ª Seção, DJe 17/12/2008).

Dessa forma, o acórdão recorrido merece reforma, nos termos da Súmula 568/STJ.

II - Recurso Especial de UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO:

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a", da CF/88.

- Da violação dos arts. 370 e 371, ambos do CPC/15

O TJ/MG, no uso discricionário das faculdades que lhe outorga o arts. 370 e 371, ambos do CPC/15, ao apreciar o conjunto probatório que tinha à sua disposição de forma fundamentada, apenas adotando posicionamento diverso daquele pretendido pela recorrente, alinhou-se ao entendimento do STJ (AgInt no AREsp 987.406/RJ, 3ª Turma, DJe 14/09/2017; AgInt no AREsp

717.668/GO, 4ª Turma, DJe 26/02/2018). Não há que falar, portanto, em violação aos dispositivos legais citados.

Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 125, 129 e 139, todos do CPC/15; 5º LINDB; 187, 188, I, 884, todos do CC/02, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, portanto, a Súmula 211/STJ.

- Da responsabilidade da operadora de plano de saúde por dano causado por erro médico (Súmula 568/STJ)

O Tribunal de origem, ao reconhecer a responsabilidade da operadora de plano de saúde pelo erro praticado por médico a ela associado, manteve consonância com o entendimento STJ, no sentido de que a responsabilidade das operadoras de plano de saúde decorre da falha na prestação dos serviços médicos e hospitalares próprios ou credenciados. Nesse sentido: AgRg no AREsp 194.955/RJ (3ª Turma, DJe de 20/03/2013) e AgRg no REsp 1.442.794/DF (4ª Turma, DJe 19/12/2014).

Dessa forma, o acórdão recorrido não merece reforma, nos termos da Súmula 568/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à constatação de ato ilícito praticado pelo médico MARCO TULIO VAINTRAUB, ao valor da compensação arbitrada a título de danos morais (decorrente da extensão do dano provocado) e à vinculação do médico citado à operadora do plano de saúde, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

A falta do cotejo analítico, requisito indispensável à demonstração da divergência, inviabiliza a análise do dissídio.

II - Recurso Especial de MARCO TULIO VAINTRAUB:

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 479 do CPC/15, indicado como violado, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, portanto, a Súmula 211/STJ.

- Da violação dos arts. 370 e 371, ambos do CPC/15

O TJ/MG, no uso discricionário das faculdades que lhe outorga o arts. 370 e 371, ambos do CPC/15, ao apreciar o conjunto probatório que tinha à sua disposição de forma fundamentada, apenas adotando posicionamento diverso daquele pretendido pela recorrente, alinhou-se ao entendimento do STJ (AgInt no AREsp 987.406/RJ, 3ª Turma, DJe 14/09/2017; AgInt no AREsp 717.668/GO, 4ª Turma, DJe 26/02/2018). Não há que falar, portanto, em violação aos dispositivos legais citados.

Aplica-se, portanto, a Súmula 568/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à constatação de ato ilícito praticado pelo médico MARCO TULIO VAINTRAUB, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

A esse propósito, é o teor do acórdão recorrido:

Como se observa, pelo relato técnico da *expert*, **houve, de fato, ferimento na bexiga da autora durante a cirurgia**, mas não o suficiente para rompê-la, apenas para machucá-la.

Somente **durante o pós-operatório, com as retenções urinárias e enchimento significativo da bexiga além da sua capacidade natural (bexigomas), e intervenções para a colocação das sondas, é que o órgão se rompeu**, vindo a liberar urina para o interior do abdome da parte autora e, com isso, causar a infecção generalizada.

Logo, se observada a sequência lógica obtida pela i. perita, tem-se como evidente o **nexo de causalidade entre o ferimento ocasionado na cirurgia e o posterior rompimento da bexiga**.

(...)

Dessa maneira, diante do quadro apresentado, ainda que a d. perita também tenha concluído no sentido de que, naquele exato momento da internação pós-operatória, não haveria indícios de infecção (sobretudo pela ausência de febre, fl. 1310), a meu ver, **incumbia ao 1º réu/apelado, conhecedor da doutrina médica e da possibilidade de lesão da bexiga, averiguar, pelos exames cabíveis, se haveria alguma lesão**.

Contudo, não o fez, e deu alta à paciente, mesmo ela se queixando de muitas dores. Tanto o quadro da autora/apelante não se apresentava estável, é que na noite da alta "*o réu Marco Túlio foi chamado ao telefone pela Dra. Marlene, médica amiga da família, que lhe descreveu um quadro sugestivo de sépsse [infecção]*." (fl. 1286).

Justamente por este equívoco, data venha, é que o ferimento causado à paciente veio a eclodir, longe das dependências hospitalares, provocando uma ruptura de 2 (dois) centímetros na bexiga da autora e, como dito, ocasionando a infecção generalizada. (e-STJ, fls. 1.741/1.744) (grifo nosso)

- Da divergência jurisprudencial

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, a violação do art. 479 do CPC/15, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no REsp 909.113/RS, 3ª Turma, DJe 02/05/2011 e AgRg no Ag 781.322/RS, 4ª Turma, DJe 24/11/2008.

Forte nessas razões, CONHEÇO do recurso especial interposto por INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A, para DAR-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, para julgar improcedente a ação proposta pela demandante em face do referido hospital; CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial interposto por UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, e, nessa extensão, NEGOU-LHE

Superior Tribunal de Justiça

PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III, IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ; CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial interposto por MARCO TULIO VAINTRAUB, e, nessa extensão, NEGOLHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, III, IV, "a", do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ.

Em face da inversão da sucumbência em relação ao recorrente INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A, condeno a recorrida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10 % sobre o valor da causa.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente (em desfavor dos recorrentes INSTITUTO MATERNO INFANTIL DE MINAS GERAIS S/A e MARCO TULIO VAINTRAUB), porquanto já atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora